

## **PROJETO TÁ DIREITO?**

Coordenador: LUIZA HELENA MALTA MOLL

O GAJUP (Grupo de Assessoria Jurídica Popular), por meio do Projeto "Tá Direito?", vinculado ao Programa de extensão SAJU, atua em escolas da rede pública de ensino, além de em outros projetos de capacitação de jovens e de adolescentes, todos moradores da periferia de Porto Alegre. O Projeto, criado em abril de 2001, nasceu de um questionamento acerca da realidade social: se as pessoas possuem direitos, como proceder para exercê-los e efetivá-los? Assim, pela carência de uma conscientização cidadã na sociedade, o GAJUP busca despertar uma consciência crítica nos indivíduos envolvidos (assessores e educandos) com relação ao papel que desempenham como cidadãos possuidores de direitos e deveres, aproximando a população, desde cedo, de seus direitos. E faz-se indissociável à compreensão da cidadania a efetivação dos Direitos Humanos - peça essencial do quebra-cabeça social. Dessa forma, o Projeto é oriundo justamente dessa ânsia de promover Direitos Humanos e cidadania, fazendo com que os cidadãos não apenas tenham voz em suas comunidades, mas que participem de forma responsável e igualitária em uma sociedade que se revela cada vez mais injusta, tornando-se sujeitos de direitos ativos no seio social e construtores permanentes da democracia. Nesse sentido, o grupo não presta assistência jurídica - que auxilia as pessoas no acesso direto à justiça, veiculando suas ações no Poder Judiciário instituído -, mas assessoria jurídica, que prioriza as demandas de cunho coletivo e preconiza a formação da personalidade cidadã, por meio da educação popular e do fortalecimento comunitário, despertando na comunidade a consciência de seus direitos e a importância de organizar-se para que eles sejam respeitados. No caso do "Tá Direito?", a atuação se dá em comunidades menos favorecidas social e economicamente, por meio de escolas públicas ou de outros projetos pedagógicos, onde são levadas noções de cidadania e de Direitos Humanos como algo significativo para os indivíduos, demonstrando que eles podem e devem reivindicar os direitos que lhes são cabidos. Ao longo do período de realização do Projeto, são desenvolvidos dois eixos centrais de trabalho, com finalidades diversas, porém complementares. Desde a sua criação, o GAJUP vem intercalando períodos de capacitação interna com de execução do trabalho, onde ocorre o contato direto dos assessores com a comunidade. Os períodos de capacitação interna são sempre precedidos por oficinas de divulgação do projeto, como forma de conscientizar os estudantes e as pessoas em geral da importância da atividade de extensão tanto na formação de uma visão crítica do direito quanto na

realização da função social da universidade pública. A capacitação consiste no estudo e na discussão de variada e multidisciplinar literatura e em mini-palestras, tudo relacionado não apenas aos assuntos abordados pelo Projeto, mas também de textos que apresentem uma percepção notadamente crítica sobre os diversos ramos do conhecimento ou que versem sobre o papel do assessor jurídico popular. Esse período de capacitação cumpre uma dupla finalidade. Em primeiro lugar, destina-se aos novos integrantes, servindo para formação de uma base teórica e para o desenvolvimento da capacidade argumentativa do assessor. Em segundo lugar, destina-se à reciclagem dos assessores antigos, fomentando o permanente aprimoramento tanto das bases teóricas quanto das atividades práticas. Em suma, a capacitação é o espaço em que são discutidas novas idéias e traçadas novas metas para o ano. Quanto à execução dos trabalhos junto à comunidade, importa frisar a metodologia adotada pelo grupo, baseada fundamentalmente na obra de Paulo Freire. Tendo em vista que o conjunto de características do público alvo é fator de extrema relevância, quando da opção pela metodologia a ser empregada em sua abordagem, o grupo aplica, em sua primeira visita a escola, um detalhado questionário, no qual figuram perguntas relativas aos interesses dos estudantes e à sua situação socioeconômica. As dinâmicas de grupo utilizadas ao longo do Projeto são, em sua maioria, elaboradas pelos próprios membros do GAJUP ou inspiradas em dinâmicas pré-existentes, porém adaptadas a sua proposta e aos dados coletados no referido questionário. Buscam-se fórmulas que fomentem a integração do conjunto das pessoas envolvidas e o uso de recursos diversificados, capazes de prender a atenção de adolescentes. O ponto comum entre essas dinâmicas é, sem dúvida, a reserva do papel de protagonistas aos educandos, perante o de "facilitadores" exercido pelos acadêmicos assessores jurídicos. Também preferem-se técnicas que permitam aos alunos internalizar efetivamente os conhecimentos por eles construídos, a fim de que eles atuem como agentes multiplicadores dessas informações, possibilitando que o Projeto alcance indiretamente outros sujeitos. Ao longo de sua existência, o GAJUP já trabalhou em quatro escolas públicas, a saber: Escola Municipal Neuza Goulart Brizola (durante um semestre), Colégio Rio Branco (durante um semestre), Escola Estadual Medianeira (durante dois semestres) e Escola Municipal de Ensino Médio Emílio Meyer (durante um semestre). Além dessas escolas, também trabalhou em um projeto patrocinado pela Caixa Econômica Federal, denominado Pequeno Aprendiz, que ocorre na Pequena Casa da Criança, na Vila Maria da Conceição, e no Projeto Primeiro Emprego, que é desenvolvido junto à Cooperativa de Rendeiras do Morro da Cruz. Nestes dois últimos projetos, o grupo ministra apenas um módulo dos cursos, correspondendo a três ou quatro encontros de três horas cada. Ao contrário, nas escolas o Projeto atua em cerca de oito

encontros, em diversas turmas, ao longo de um semestre, ou é realizado um mini-curso, aberto a todos os alunos interessados. Em geral, a atuação do Projeto tem logrado êxito em conquistar a atenção dos educandos, despertando neles uma percepção mais crítica sobre a realidade tanto política quanto cotidiana. Do ponto de vista daqueles que levam a cabo a tarefa de criar e de aplicar o Projeto, é de consensual entendimento que esta experiência muito tem agregado à sua formação. Ao comprometerem-se a não serem agentes de culturalização dos educandos, os membros do GAJUP adquirem uma percepção mais plural de valores e rompem muitos dos preconceitos neles presentes. Os encontros com os estudantes são, ainda, uma "arena" em que os conhecimentos dogmáticos adquiridos nos bancos acadêmicos da Faculdade de Direito, tidos como certos e irrefutáveis, são permanentemente postos em xeque. Quando confrontados com questionamentos simples, mas desestruturadores do saber construído apenas no limbo do "dever-ser", aqueles que tinham o intuito de despertar uma consciência crítica são também chamados a refletir. Toda a dedicação do Grupo não será capaz, portanto, de retribuir aos educandos, razão de ser do Projeto, a riqueza proporcionada por essas vivências.